

UMA ALTERNATIVA PARA VIABILIZAR O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Bel. Márcia Silveira de Souza ¹
Bel. André Portes Caldini Berberi ²
Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio ³

RESUMO: Tem-se como objetivo principal sugerir uma proposição conceitual sintetizada sob a denominação turismo de base comunitária e que, ainda, se viabilize em processos de planejamento e de sua gestão que estão em curso no Brasil, convergentes com o enfoque da agenda 21 local. A necessidade de se criar novas formas de conceber e praticar política, como os fóruns de agenda 21 local, balizadas na aproximação da participação direta, que estimule o protagonismo real das pessoas e na busca de soluções criativas endógenas, distantes dos mecanismos burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder, foi tanto um receituário (não normativo) sugerido na bibliografia consultada quanto uma realidade verificada nas experiências analisadas. Turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, a convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. Turismo comunitário é, potencialmente, um novo modelo de planejamento ou de desenvolvimento turístico de base comunitária, na qual a população autóctone torna-se a principal protagonista.

PALAVRAS-CHAVE: socioeconomia; turismo de base comunitária; ecodesenvolvimento

Introdução

Entre as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, 1972, e sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO+10), realizado em Joanesburgo, 2002, destacou-se a polarização desenvolvimentista baseada na racionalidade utilitarista econômica que não possibilita a solução de problemas fundamentais da maioria da humanidade (países chamados menos desenvolvidos ou países com baixo/médio índice de desenvolvimento humano - IDH), satisfazendo apenas uma pequena minoria (países chamados mais desenvolvidos ou países com alto IDH).

Os pressupostos de uma nova racionalidade que responda a maioria dos problemas societários devem ponderar o utilitarismo econômico vigente dentro de parâmetros aceitáveis e

¹ Bacharel em Turismo e Mestranda em Desenvolvimento Regional; Universidade Regional de Blumenau (FURB).

² Bacharel em Turismo e Mestrando em Desenvolvimento Regional; Departamento de Turismo, Centro Universitário Positivo (UNICENP).

³ Bacharel e Mestre em Administração, Doutor em Engenharia de Produção e Pós-Doutorando em Economia Social; Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional, FURB; Pesquisador do Centro de Estudos Ambientais (CEAM), Universidade Austral do Chile (UACH); Bolsista Pós-Doutoral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

restritos ao equacionamento do sistema de mercado (tratar produtos apenas como mercadorias). Que por sua vez possa possibilitar o surgimento de um sistema regulador sócio-econômico ambiental que utiliza no seu bojo uma racionalidade dita de escala humana - solidária (MAX-NEEF, 1986; 1993), nos quais possam emergir organizações privadas (empresas), públicas (prefeituras) ou do terceiro setor (Ongs), bem como de suas inter-relações, com maior responsabilidade socioambiental. Acredita-se que a racionalidade solidária surja da insatisfação moral (vácuo institucional) provocada pelos interesses individuais baseados meramente no cálculo entre meios e fins utilitaristas (SEN, 2000). É difícil de imaginar que um proprietário de hotel não fique perturbado ao se despejar o esgoto sanitário de sua empresa no mar.

Neste contexto, surge a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) um compromisso internacional de alta cúpula governamental e não-governamental, chamado Agenda 21, que assumiu o desafio de incorporar nos países participantes, em suas políticas públicas, princípios que, desde já, os colocavam a caminho de um outro desenvolvimento, chamado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre os papéis ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade e exigem, portanto, a integração de toda a comunidade no processo de construção do futuro. A comunidade compartilhando com o governo as responsabilidades pelas decisões, acredita-se que permita uma maior sinergia em torno do projeto de ecodesenvolvimento, aumentando as suas chances de implementação (AGENDA 21, 2000). Entretanto, após a Rio-92, menos de dez municípios brasileiros iniciaram a elaboração de suas Agendas 21. O Brasil, possuindo mais de cinco mil municípios, concorda-se que pouco foi feito em dez anos. Além do mais, quando se trata de implementação em municípios que tem potencial para transformarem-se em destinações turísticas (ou micro-destinações), menos exemplos ainda se têm. Acredita-se que esses resultados simplórios sejam decorrentes da incompatibilidade entre o tipo de atividade econômica turística vigente, inclusive sob a tutela da Organizacional Mundial do Turismo (OMT), e o enfoque do ecodesenvolvimento.

A motivação sugerida no conceito da OMT (2004) restringe-se para quem se desloca, e não para quem recebe. Neste sentido, deduz-se que as comunidades receptoras (e seus recursos naturais) teriam que estar à disposição de pessoas que se deslocam para seus territórios. Entretanto, não se tem dúvida dos esforços da OMT nas ações que possibilitam a melhoria da

qualidade de vida das populações autóctones.

Não é por acaso que, atualmente, a atividade turística predominante em zonas costeiras, denominada turismo de *sol-e-praia*, ocasiona impactos danosos ao meio ambiente (comunidades receptoras e seus recursos naturais), em decorrência do planejamento e de sua gestão aprisionados na ótica economicista. A exemplo, basta percorrer praias brasileiras com alta densidade de fluxo turístico nos meses de verão, como são algumas localizadas nos municípios de Balneário Camboriú (SC), Guarujá (SP) e Cabo Frio (RJ), e verificar as condições precárias de balneabilidade. Inclusive, o chamado turismo de luxo provoca também impactos, muitas vezes, invisíveis *a olho nu*, como a banalização ou a artificialidade da cultura das comunidades locais.

Diante disso, torna-se imperativo buscar compreender o fenômeno turístico de uma perspectiva não só economicista, mas também de maneira complexa-sistêmica ou, melhor, ecodesenvolvimentista. Em outras palavras, torna-se imperativo levar em conta o caráter interdependente das dimensões psicossociológica, socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e ambiental dos sistemas sociais, visando complexificar os diagnósticos e a busca de estratégias capazes de favorecer a integração das comunidades receptoras, sobretudo a população autóctone, com o *trade* das destinações turísticas, e dessa forma diminuir o vácuo existente entre estes dois elementos – muitas vezes considerados de maneira equivocada como antagônicos (SAMPAIO, 2004). Na maior parte das vezes, o que se observa é a existência de localidades ou microrregiões dotadas de um expressivo potencial turístico que permanece desconhecido, sub-aproveitado ou simplesmente desperdiçado, em função de deficiências na dinâmica de funcionamento dos sistemas de gestão dos usos que são feitos dos recursos patrimoniais (POLETTE, 2000).

Mesmo se ainda houver mais equívocos do que êxitos, as experiências incipientes que vêm privilegiando as populações autóctones, rotuladas pela denominação turismo de base comunitária ou turismo comunitário (CORIOLANO, LIMA, 2003; SAMPAIO et al., 2004), podem conter elementos que melhor exemplificam o que se está denominando, por socioeconomia (SAMPAIO, 2005). Mesmo porque, em um período que se apresentam mudanças paradigmáticas, aliás, como se vive atualmente, se for muito criterioso nas análises de novas experiências, está se correndo o risco de inibir elementos que, a partir deles, possam emergir novos conceitos que ainda estão em construção.

Na tentativa de superar o viés do planejamento turístico sob a ótica da administração, adentram-se na ótica das chamadas ciências ambientais, tendo como objetivo principal sugerir

uma proposição conceitual sintetizada sob a denominação turismo de base comunitária e que, ainda, se viabilize em processos de planejamento e de sua gestão que estão em curso no Brasil, convergentes com o enfoque da agenda 21 local. Não se tem a pretensão de esgotar o assunto, mesmo porque as perspectivas de análise são muitas. Entretanto, os autores estão convictos de que este trabalho é um passo importante para entender com mais precisão teórica a chamada socioeconomia aplicada ao turismo e que se materializa na prática sob a denominação turismo de base comunitária.

Metodologia

Partiu-se da hipótese que há necessidade epistemológica de incorporar no debate sobre planejamento e gestão local tipos de racionalidade que não só utilizam da racionalidade utilitarista individualista que, por sua vez, é uma das causadoras do distanciamento das benesses da atividade turística às comunidades receptoras, sobretudo as populações tradicionais, em experiências convergentes de Agenda 21 local. Acredita-se que haja tipos de racionalidade mais solidárias em experiências que se utilizam de tecnologias sociais tais como as que se aproximam das propostas dos Fóruns de Agenda 21 Local.

O trabalho iniciou-se por uma pesquisa bibliográfica, baseando-se nas palavras-chaves: economia social (socioeconomia); planejamento e gestão participativa; racionalidade solidária; empoderamento; endogenia; arranjos produtivos locais; turismo cultural; e ecoturismo. Em seguida, utilizou-se uma pesquisa exploratória sobre experiências brasileiras que estão em curso de planejamento local e de sua gestão que podem ser consideradas como exemplos de turismo de base comunitária, tais como: Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE); Associação Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima-SC); Fórum da Lagoa de Ibraquera (Garopaba e Imbituba-SC); Projeto Sana Sustentável (Macaé-RJ); Ecoturismo na região de Bonito (Bonito-MS); Rede Pipa Sabe (Tibau do Sul-RN). A título de ilustração e por limitação de espaço, descreveu-se sinteticamente apenas a experiência da Prainha do Canto Verde, município de Beberibe (CE). Aliás, esta experiência tem sido apontada na literatura científica especializada como exemplo que contém estratégias efetivas que promovem o desenvolvimento sustentável, isto é: que se aproximam do enfoque da Agenda 21.

Os dados utilizados foram oriundos de visitas técnicas e de dados secundários levantados por projetos de centros de pesquisa brasileiros.

Socioeconomia

Partiu-se de um referencial teórico denominado, no seu conjunto, de socioeconomia. A socioeconomia deriva do cruzamento das chamadas ciências econômicas e administrativas com a emergente ciências ambientais. As ciências ambientais são mais que um novo campo do conhecimento perfeitamente delimitado; ela é uma utopia em construção que tenta compreender melhor a relação entre sociedade e natureza (ABRAMOVAY, 2002). Utopia não é algo que opõe ou nega a realidade. Ela pertence à realidade, à medida que expressa as potencialidades da realidade ainda não concretizada (BOFF, 2003). A socioeconomia tenta criar alternativas a hegemonia da racionalidade utilitarista econômica, apregoada pela dinâmica capitalista e a sociedade de mercado (SACHS, 2003; 2004).

Diante desta perspectiva, redefine-se turismo como a relação entre o deslocamento e a permanência humana parametrizada na dimensão histórica, econômico-administrativa, filosófico-sócio-política e ambiental. Deslocamento humano é a migração de pessoas entre espaços locais e permanência humana é a fixação de pessoas nos espaços locais. O espaço não é completamente isolado e independente do tempo, mas sim que eles se combinam para formar um elemento espaço-tempo, isto é, o espaço interage com o tempo, um modificando o outro (SAMPAIO, 1996). Quando se está no município de residência (permanência), a noção de tempo e de espaço é percebida diferentemente quando se está deslocando-se para outro município passando férias (SAMPAIO, 2005).

Existe uma relação dialética ora simétrica ora assimétrica entre deslocamento e permanência humana, provocada pela dinâmica societária, conforme algumas teorias elucidam, como a domesticidade econômica e dos ciclos civilizatórios.

As primeiras relações sociais humanas se deram no âmbito do que se denominou por domesticidade e que não, necessariamente, baseou-se num *éthos* utilitarista. *Ela não tinha em comum a motivação do ganho* (cálculo individualista), *nem com a instituição do mercado. O seu padrão era com o grupo fechado* (POLANY, 2000, p.73), ou seja, com a comunidade doméstica. Essa comunidade primitiva tinha como característica de produção e de distribuição o princípio da domesticidade, isto é, para uso próprio (POLANY, 2000; WEBER, 1999). A teoria da domesticidade econômica, como também a teoria dos ciclos civilizatórios, apontam que a dinâmica societária incuba novas maneiras de agir das pessoas ao mesmo tempo em que, no seu

âmbito, desaparecem formas de agir tradicionais. Esse fenômeno deve ser estudado para poder planejar a demanda e a oferta de bens e serviços desse fluxo de modelos de desenvolvimento humano. Surge no vácuo do agir utilitarista econômico, produtor de desigualdades sociais, tentativas de redimensionar a racionalidade microeconômica dominante, no sentido de internacionalizar efetivamente a problemática que vai além da economia, incorporando também custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento (SACHS, 1986; VIEIRA, 1992; SAMPAIO, 2000).

A socioeconomia pressupõe que processos de planejamento local e de sua gestão possam ser convergentes com o enfoque da agenda 21 local. Isto é, as tecnologias sociais devem basear-se em critérios de participação e de engajamento da sociedade civil, que superem o viés do Estado socialista centralizador, do Estado (mínimo) neo-liberal ou, ainda, da tradição do Estado latinoamericano, como gerador de satisfações exógenas da sociedade civil (MAX-NEEF, 1993), para implementar um novo estilo de desenvolvimento que esteja impregnado de uma outra economia, de uma outra administração e, porquê não, de um outro turismo (HAULOT, 1991; DUMAZEDIER, 1999; ILLICH, 1976). O que se pretende é transformar a sociedade civil numa terceira esfera de poder que, conjuntamente com a primeira, o Estado, e a segunda esfera, o mercado, possam promover a construção de um novo paradigma desenvolvimentista, baseado no protagonismo das populações tradicionais na definição de seus modos de vida. Neste contexto, para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo de base comunitária poderia-se sintetizar alguns princípios, isto é: valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias, geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção mais associativista, revigoração dos significados de virtude humana e do próprio Estado distanciando do racionalismo utilitarista e, por último, a utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (SAMPALIO, 2005).

O turismo de base comunitária é um divisor de águas (ARAUJO, SAMPAIO, 2004). Ele se baseia na relação dialética entre turista e comunidade receptora (e não na sobreposição de comunidade ao turista); ambos considerados agentes de ação sócio-econômico ambiental; repensando as bases de um novo tipo de desenvolvimento – regulando padrões de consumo e estilos de vida – e de um conjunto de funções produtivas e sócio-ecológicas - regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais (SACHS, 1986; MASI, 2000; GADGIL, 2000). Entretanto, os governantes e empreendedores locais, de maneira geral, encaram o conceito de

turismo de base comunitária de forma vulgar, como o fazem com as modalidades turismo cultural, ecoturismo e agroturismo (SCHAERER, DIRVEN, 2001; MENDÉZ, CARCAMO, 2001; FARIA, CARNEIRO, 2001).

Turismo comunitário não se limita apenas a observação ou, ainda, a convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento (no sentido de aprendizado) com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Ele é, potencialmente, um novo modelo de planejamento ou de desenvolvimento turístico de base comunitária, na qual a população autóctone torna-se a principal protagonista, criando atrativos e serviços turísticos que lhe são próprios. Há de entender que o turismo de base comunitária não é mais um novo modo de fazer negócio, senão que um novo modo de aprender a viver (MAX-NEEF, 1997).

Processos de planejamento e de sua gestão convergentes com o enfoque da agenda 21 local.

Sugere-se, assim, a necessidade de se criar novas formas de conceber e praticar a política, como os fóruns de agenda 21 local, balizadas na aproximação da participação direta, que estimule o protagonismo real das pessoas e na busca de soluções criativas endógenas, distantes dos mecanismos burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder (MAX-NEEF, 1993).

Essas novas tecnologias societárias não descartam o agir econômico, mas o ponderam dentro de limites. Para implementar essas estratégias de desenvolvimento vêm se utilizando metodologias de processos participativos de tomada de decisões organizacionais que visualizam outras tipologias de racionalidade, entretanto não isentas de contradição, tais como: Agenda 21 (anteriormente citada), o extinto Programa Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT), Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS) e, por último, o Associativismo e suas derivações em empreendimentos sócio-empresariais.

O Extinto Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) estava sendo implementado em 1.200 municípios brasileiros de vocação turística, desde 1995. O PNMT vinha utilizando uma metodologia teórico-conceitual participativa da OMT (EMBRATUR, 2001) que pode ser entendida como promovendo o desenvolvimento sustentável. Contudo, o PNMT não conseguiu transformar ações formuladas em resultados sócio-econômico ambientais efetivos às

comunidades receptoras. Isto é resultado da disseminação de um conceito de turismo, baseado, sobretudo, numa racionalidade econômica reducionista e normatizadora, que transforma o tempo livre, característica necessária para viver com felicidade, em lazer *customizado*, típico de uma sociedade de consumo (KRIPPENDORF, 2001). Aliás, apenas há décadas atrás, surgia a preocupação de se estudar a temática na perspectiva do turismo social (HAULOT, 1991), isto é, discutindo-a em um contexto mais amplo, o do lazer humano, tentando superar o axioma: turismo como produto de consumo.

O Planejamento Estratégico Participativo (PEP) é uma metodologia considerada híbrida, isto é, as que incorporam elementos tanto do planejamento estratégico quanto do planejamento participativo. O PEP contempla simultaneamente as preocupações com os aspectos democráticos e estratégicos. Com a ascendência da atividade turística que possa promover o desenvolvimento sustentável, o PEP vem se afirmando também dentro desta nova contextualização, como uma importante metodologia organizacional (SOUTO-MAIOR, 1991; 1994a; 1994b; 1996). Derivando-se do PEP e de experiências de planejamento participativo que promove o desenvolvimento sustentável, surge a Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS), que objetiva garantir que as ações elaboradas sejam efetivamente executadas (SAMPAIO, 2000; 2002). O mérito destas duas metodologias é privilegiar saberes locais em detrimento de análises puramente técnicas. Entretanto, estas metodologias não estão isentas de críticas. As deficiências do PEP se encontram na dificuldade de se implementar soluções aos problemas definidos como estratégicos, que, aliás, é o seu ponto forte. E o SiGOS, na prática, ainda não se desvinculou da sua gênese, o próprio PEP. Isto é, embora esteja implícito no SiGOS que a implantação das soluções dos problemas são tão importantes quanto a elaboração desses, ainda assim, enfatiza-se mais o processo desencadeador de estratégias, ou seja, o planejamento.

O Associativismo é uma ação social coletiva baseada na cooperação qualificada, isto é, privilegia o diálogo parametrizado no debate ético sobre a lógica da razão econômica hegemônica, procurando entendê-la para não se deixar seduzir pelo cálculo utilitarista e individual (SINGER, 2002). Entre as práticas associativistas, destacam-se as experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). A ITCP fornece assessoria na formação de novos empreendimentos, inclusive no trade turístico, e consultoria na gestão organizacional de empresas que possuem princípios democráticos, ou seja, autogestionários, com

intuito de promover a economia solidária (POPP, 1999). A autogestão é uma modalidade de processo de tomada de decisão organizacional que supera a participação descompromissada, caracterizada pela discussão privada dos objetivos organizacionais em detrimento da socialização (SAMPAIO, FERNANDES, MANTOVANELI Jr., 2003). Em outras palavras, são processos de tomada de decisão com sustentabilidade política e administrativa, podendo se qualificar como promovendo o Ecodesenvolvimento (MANTOVANELI Jr., 2000). No entanto, existem dificuldades de se inserir à lógica associativista na economia de mercado; quando se consegue, corre-se ainda o risco de disvirtuar-se dos princípios associativistas.

Embora não se neguem os esforços realizados para tornar realidade os princípios do ecodesenvolvimento, sobretudo através de experiências de criações de Agenda 21 local, do extinto PNMT, PEP e SiGOS, e Associativismo, parece haver consenso entre os pesquisadores de que se trata de algo ainda incipiente.

A partir do Associativismo, novas formas de agir podem também ser compreendidas no âmbito do empreendedorismo com responsabilidade social, tais como: a economia de comunhão, a economia solidária, ou, ainda, embutida em livres iniciativas empresariais que podem ser entendidas como de gestão organizacional sustentável.

Existem também livres iniciativas empresariais que surpreendem tanto pela forma inovadora de gerir empresas, como práticas participativas, descentralizadoras e humanistas, quanto pelos bons resultados alcançados: para a empresa, como lucratividade e bom posicionamento no mercado; para as pessoas que nelas trabalham, como remuneração acima da média do mercado, valorização do trabalho e facilidades para conclusão de curso superior de interesse do empregado, independentemente do interesse da empresa; ou, ainda, para a comunidade de entorno, como projetos que resgatam e asseguram os direitos da criança e do adolescente, e garantam a cidadania de seus pais. Independentemente das desconfianças que possam causar, há uma frente de empresas agrupadas sob a denominação Empresas de Responsabilidade Social, inclusive no setor hoteleiro e turístico (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Há ainda outras experiências que acontecem geralmente de maneira isolada, isto é, elas não se relacionam com movimentos religiosos ou filantrópicos, entretanto, não estão isentas de ideologias. Acredita-se que elas surgem a partir de fissuras do sistema de mercado, partindo do descontentamento das pessoas quanto a lógica da racionalidade econômica individual (um ganha e outro perde). Para entender essas livres iniciativas empresarias, é necessário um certo esforço

para superar a dicotomia economia formal e informal que, aliás, não traduz a complexidade da economia real, e, ainda, incorporar no debate princípios da economia doméstica (subsistência) e solidária. Essas experiências por serem inovadoras, ou seja, por estarem desafiando o *status quo* do paradigma vigente, são de difícil compreensão científica e, conseqüentemente, não são estudadas. Elas simplesmente ficam relegadas ao mundo da vida (SACHS, 2001).

Essas novas tecnologias societárias não descartam o agir econômico mas o ponderam dentro de limites de modo que possam promover igualdades de oportunidades (SEN, 2000). Acredita-se que em experiências de novas tipologias organizacionais, independentemente se auto-proclamam da outra economia ou da outra administração ou da socioeconomia do turismo, o agir organizacional, aquele que resulta de ações individuais compromissadas, emergem de um vácuo institucional inalado na dinâmica societária. Neste contexto surgem redes associativas que podem ser entendidas como arranjos produtivos locais, caracterizados como um espaço econômico-administrativo inovador por desencadear uma dinâmica dialética entre cooperação e competição (SACHS, 2003), também chamados por *cluster* na literatura especializada ou por empreendimentos coletivos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ou, ainda, adicionando o adjetivo ecodesenvolvimentista (APLEco), quando se trata de ênfase comunitária e há, ainda, inserção no arranjo de grupos geralmente excluídos (SAMPAIO, MANTOVANELI JR., PELLIN, 2004).

Experiência para se pensar a socioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário

A pergunta que se faz é como transitar entre o agir utilitarista econômico e o agir sensível à outra economia ou à outra administração ou a socioeconomia do turismo? O eixo norteador não é excluir o agir econômico da racionalidade social, mas incorporar outros tipos de agir (SAMPAIO, 1996). Não se espera soluções ideais, mesmo porque se vive em mundo com tantas patologias. Espera-se, ao menos, que as soluções sejam criativas; que as experiências sobrevivam por certo período temporal; e que contemplem os princípios da socioeconomia. Neste sentido, ilustrou-se a experiência de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde, município de Beberibe (CE).

A Prainha do Canto Verde é um lugarejo de pescadores e rendeiras, com cerca de 1.200 habitantes, localizado no município de Beberibe, próximo da capital do Estado do Ceará,

Fortaleza, na Região do Nordeste brasileiro. Diante de uma luta comunitária contra a grilagem de suas terras, foi criada em 1989 a Associação Comunitária do Canto Verde. Desde, então, vem combatendo também outros problemas na área: pesca predatória, especulação imobiliária, turismo de massa e falta de apoio do governo estadual. Vem obtendo apoio de organizações não-governamentais (ONG), inclusive, muitas delas criadas a partir das demandas reclamadas pela comunidade (MUNDIM, 2004).

O que vem chamando atenção na área é a implantação de um turismo responsável socialmente, para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores e, ao mesmo tempo, para preservar os valores culturais e as belezas naturais da região.

Este projeto de turismo foi organizado pelo Conselho de Turismo, criado em 1997, que, por sua vez, está vinculado a Associação Comunitária do Canto Verde. Além deste Conselho, existentes outros como os de Educação, Saúde, Terra, Pesca e Artesanato vinculados a Associação Comunitária. O Conselho de Turismo se dinamiza através da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, que coordena as atividades turísticas e as organizam em pequenos empreendimentos coletivos e individuais, tais como pousadas, casas e quartos de aluguel, barracas de praia, passeios de *buggy* e lojas de artesanato, como um APL Ecodesenvolvimentista. Inclusive, uma das pousadas é de propriedade da própria associação, e as demais são individuais. Todos os empreendedores são oriundos da própria comunidade, portanto, não há investidores externos à comunidade e os lucros permanecem na própria localidade; diferentemente, de outras localidades próximas a Prainha, Praia das Fontes e da Tabuba, que predominam o chamado turismo de massa, baseadas respectivamente na rede hoteleira e no conjunto de residências secundárias (habitações cujo uso é eventual pelos proprietários). A cooperativa, até então informal, surgiu com o intuito de possibilitar um complemento na renda familiar dos moradores, em consequência pelas dificuldades da pesca artesanal.

A Prainha recebe basicamente turistas como pesquisadores, inclusive estrangeiros, algumas famílias e parentes dos moradores. Consideram-se como atrativos locais na localidade o luar, casas típicas de pescadores, a pesca comercializada na própria praia, ou seja, o próprio modo de vida (MENDES, CORIOLANO In: CORIOLANO, LIMA, 2003). Isto é, estratégias comparativas pouco percebidas na maioria dos planejamentos turísticos elaborados de maneira tecnicista.

A atividade turística se iniciou com famílias que puderam, com recursos próprios ou

tomando empréstimo de um Fundo Rotativo de recursos da Associação Comunitária, construir quartos e pousadas. As pessoas que não se beneficiam com a atividade turística acabam se beneficiando, entre outras coisas, de um Fundo Social e de Educação, mantido parcialmente por repasse de recursos da Cooperativa de Turismo e Artesanato. É uma maneira de atuar contra a desigualdade de oportunidades (IVT, 2004).

A atividade turística não é planejada de maneira setorial, como geralmente são os planos turísticos. Além de possuir função subsidiária, assumidamente de pequena escala, e complementar a economia da comunidade, o turismo tem papel na conservação do ambiente cultural e natural, isto é, sua gestão assenta-se da auto-regulação comunitária. Porém os desafios não são pequenos, como em qualquer outra experiência. Ressalta-se o desrespeito de alguns cooperados, que tentam obter vantagens individuais; necessidade freqüente de sensibilizar a comunidade para que ela se identifique como parte de todo esse processo, tanto na identificação de problemas como nas suas soluções; e a falta de reconhecimento e apoio por parte dos órgãos de turismo e governamentais (ALCÂNTARA, 2003).

Considerações Finais

A necessidade de se criar novas formas de conceber e praticar política, como os fóruns de agenda 21 local, balizadas na aproximação da participação direta, que estimule o protagonismo real das pessoas e na busca de soluções criativas endógenas, distantes dos mecanismos burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder, foi tanto um receituário (não normativo) sugerido na bibliografia consultada quanto uma realidade verificada nas experiências analisadas. Entretanto, as novas tecnologias societárias, tais como os fóruns de agenda 21, não descartam o agir econômico, mas o ponderam dentro de limites de modo que possam promover igualdades de oportunidades. Independentemente se estas experiências se auto-proclamam de uma outra economia ou de outra administração ou de outro turismo, o agir social, aquele que supera o mero cálculo de conseqüências individuais, emerge a partir de fissuras institucionais encontradas diante de uma crise societária, tal como se vive nos dias atuais. Diante desse contexto, turismo comunitário é, potencialmente, um novo modelo de planejamento ou de desenvolvimento turístico de base comunitária, na qual a população autóctone torna-se a principal protagonista.

Quando se refere a uma outra economia, a uma outra administração e a socioeconomia do

turismo, não se tem a pretensão de retratar modelos ideias que sejam alternativas demagógicas para a relação de exploração do capital sobre o trabalho, mas apontar iniciativas incipientes, como a que foi relatada na experiências de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde (CE), que vai na direção de um outro modelo de desenvolvimento, tornando as relações produtivas mais solidárias como apregoa o enfoque do ecodesenvolvimento, e se materializando sob a denominação turismo comunitário, isto é, turismo de base local. A partir da dinâmica societária, inserida nos ciclos civilizatórios, se sabe que os pontos propositivos de um novo modelo de desenvolvimento surgirão de forma gradual e que, por mais inovadores que sejam, ainda não conseguiram eliminar os resíduos do velho modelo de desenvolvimento econômico.

Não se quer mais uma racionalidade social hegemônica! Desejam-se racionalidades sociais que possam entre si ora convergirem ora divergirem. Acredita-se que o debate central inserido ao paradigma do desenvolvimento sustentável é a tentativa de superar as polaridades existentes entre as análises positivista-fenomenológica, os métodos quantitativo-qualitativo, os estudos disciplinares e multidisciplinares, as esferas privado-públicas, as decisões racional e não-racional, sobretudo as racionalidades econômica e não-econômica, entre outras, propondo um processo dialógico complexo entre visões contrárias, pois possuem ambigüidades, ora se complementando, ora se interpenetrando, que devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de criação de políticas públicas.

Assim poderia ser superada a visão holística míope do dito acadêmico, segundo o qual o todo é maior do que a soma das partes. Fazendo uma analogia com a tomada de decisão coletiva – como é a priorização de problemas mais importantes em um Fórum de Agenda 21 Local - percebe-se que esta supera a somatória de decisões individuais; entretanto, as qualidades intrínsecas dessas decisões, como é a opinião de um tomador de decisão, não podem se exprimir plenamente, isto é, elas são inibidas no todo. Deduz-se, então, que o todo é concomitantemente mais e menos que a soma das partes.

Não se quer cair nos riscos da ideologia, do romantismo utópico e da generalização, muito menos, no risco do ceticismo, da imobilidade e da especificação. Acredita-se que é necessário permitir uma flexibilização na busca do entendimento do saber científico, considerando os saberes tradicionais e os ditos conhecimentos tácitos. Nos processos participativos, por exemplo, que se privilegia no âmbito da Agenda 21, deve-se levar também em conta, além da diversidade de conhecimento racional encontrada entre sujeitos, uma significativa diversidade de saber

tradicional e de conhecimentos tácitos encontrados entre sujeitos que compartilham um mesmo espaço local. Os aprendizes, por exemplo, trabalham com seus mestres e aprendem sua arte através da observação, imitação e prática, consideradas tanto como saber local quanto conhecimento tácito. É quase axiomático que o bom artesão é aquele que tem experiência.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). Construindo a ciência ambiental. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão. Brasília: MMA e PNUD, 2000.

ALCÂNTARA, Elzenice de Nazaré Monteiro. Prainha de Canto Verde: Turismo Socialmente Responsável e Gestão Participativa. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos). Centro Sócio-Econômico. Universidade Estadual do Ceará, 2003.

ARAUJO, Guilherme Pinto de; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Do Turismo de Massa ao turismo educativo em Zonas Costeiras: diagnóstico do turismo na área de entorno da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba, SC). In: VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Curitiba, 2004.

BOFF, Leonardo. Civilização planetária: desafio à sociedade e ao cristianismo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (org.). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

EMBRATUR. Anuário Estatístico da Embratur. V.28. Brasília, 2001.

GADGIL, Madhav et al.. Participatory local level assessment of live support systems: a methodology manual. Bangalore (India): Centre for Ecological Science (India Institute of Science). Technical Report N.78, 2000.

HAULOT, Arthur. Turismo social. México: Trilhas, 1991.

ILLICH, Ivan. A convivencialidade. Lisboa: Europa-América, 1976.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em maio/2005.

IVT – Instituto Virtual de Turismo. Benchmarking da Prainha do Canto Verde. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/9/benchmark/bench1.htm>. Acesso em 30/09/2004b.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LUBICH, Chiara. A experiência economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In: BRUNI, Luigino. Economia de comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

MANTOVANELI Jr., Oklinger. Políticas públicas e Gestão estratégica: uma pedagogia para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdades de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001.

MASI, Domenico de. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MAX-NEEF, Manfred. Economía descalza: señales el mundo invisible. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MAX-NEEF, Manfred. Orientaciones para un desarrollo sustentable del truísmo en el medio rural. In: ESPINOSA, Pablo Szmulewicz. Agroturismo y turismo rural en Chile. Valdivia: UACH, 1997.

MENDÉZ, Edgardo Oyarzún; CARCAMO, Carolina Galaz. (Org.). Analisis de la red agroturimso Chiloé. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Instituto de Turismo, Universidad Austral de Chile, 2001.

MANTOVANELI Jr., Oklinger. Políticas públicas e Gestão estratégica: uma pedagogia para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdades de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2000.

MUNDIM, Rodrigo Sousa Alves (Org.). Laboratório de gestão em organizações que promovem o desenvolvimento sustentável (LaGOE): sociologia do turismo. Blumenau: Núcleos de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais e de Políticas Públicas dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau. Relatório. 2004.

NMD, Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera. Edital Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas

Costeira e Marinha (Chamada I) / FNMA / UFSC. Florianópolis: NEO/PPGSP/UFSC, 2003.

OMT. Desarrollo sostenible del turismo. Disponível em www.worldourism.org/espanol/index.htm. Acesso em 25/05/2004.

POLANY, Michel. The tacit dimension. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.

POLETTE, Marcus. Aplicação do modelo de desenvolvimento de balneários – MDB, para fins de gerenciamento costeiro integrado. Balneário do Camboriú: UNIVALI, CTTMar, Lab. Gerenciamento Costeiro Integrado, 2000. Mimeo

POPP, Marlene T. B.. Por quê incubadoras? 1999. (mimeo)

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. Harvard Business Review, p. 77-90, nov./dec., 1998.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Ciclo de Debates sob a Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: Conferência Habitat, 2001.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamont. 2003.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamont. 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia do turismo. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul (EDUNISC), 2005. prelo

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MUNDIM, Rodrigo Souza Alves; DIAS, Adriana. Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a promoção do turismo educativo na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba-SC): pesquisa-ação de um experimento em comunidades localizadas em zona costeira sob o enfoque do Ecodesenvolvimento. Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Curitiba, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A construção de um modelo de gestão que o promove o desenvolvimento sustentável. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador (BA). Resumo dos Trabalhos: ENANPAD 2002: Salvador / Bahia 22 a 25 setembro. Rio e Janeiro (RJ): ANPAD. v. 1, p. 309-309, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento Sustentável e turismo: uma introdução. Blumenau, Florianópolis: EDIFURB, Bernuncia, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 71-82, 1996.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir; MANTOVANELI JR, Oklinger. Economia social: razão e sensibilidade. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2003, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2003.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço urbano. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHAERER, Jorge; DIRVEN, Martine. El turismo rural en Chile: experiencias de agroturismo en Las Regiones del Maule, La Araucanía y Los Lagos. CEPAL, Serie Desarrollo Productivo, n. 112, 2001.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEBERT, Cláudia (Org.). Desenvolvimento regional em Santa Catarina. Blumenau: EDIFURB, 2001.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUTO-MAIOR, Joel. Estratégias para o planejamento do desenvolvimento local sustentado. Concurso Público para Professor Classe Titular. Trabalho Escrito. Depto. de Ciências da Administração. UFSC, jun., 1996.

SOUTO-MAIOR, Joel. Planejamento estratégico participativo: uma abordagem para o setor público. Anais da XVIII ANPAD. Curitiba, 26 a 28 de setembro de 1994. Curitiba: ANPAD, v.3, p.57-74, 1994a.

SOUTO-MAIOR, Joel (Org.). Planejamento estratégico e participativo para o desenvolvimento sustentável do município de Rancho Queimado. Rancho Queimado e Florianópolis: Prefeitura Municipal de Rancho Queimado/UFSC/SIDA, 1994b.

SOUTO-MAIOR, Joel. Planejamento estratégico: uma abordagem para o setor público

municipal. *Jornal Municípios*. Florianópolis, ano 1, n. 02, p.10, jul., 1991.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *Em estudo da história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fortes, 1987.

VIEIRA, Paulo Freire. *A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990*. *BIB*, n. 33, p.1-88, 1o. sem, 1992.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1999.